

**PETTENATI S/A - INDÚSTRIA TÊXTIL**  
**Companhia Aberta**  
**CNPJ - 88.613.658/0001-10 – NIRE 43300003272**

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A**  
**ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA**

Conforme aprovado em Reunião do Conselho de Administração, segue proposta da administração a ser apreciada em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser convocada dentro dos prazos legais:

**1. Realização:**

- a. Às 14hs30min do dia 30 de outubro de 2018, na sede da Companhia, sito a RSC 453, Km 2,4 – Caxias do Sul – RS.

**2. Pauta proposta da AGO:**

- a. Apreciação do balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras juntamente com o parecer dos auditores independentes e relatório da administração, relativos ao exercício encerrado em 30/06/2018;
- b. Apreciação da proposta de destinação do lucro líquido do exercício e lucros acumulados, conforme quadro abaixo, e a proposta de distribuição dos dividendos, constituição de reserva para aumento de capital, investimentos e capital de giro, e aumento do capital social sem emissão de ações, a saber:

<b>Descrição</b>	<b>30/jun/18</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>18.000.348</b>
(+) Realização do custo atribuído ao imobilizado	1.100.808
(+) Realização da reserva de reavaliação	17.407
<b>Total de lucros a destinar</b>	<b>19.118.563</b>
<b>Dividendos (R\$ 0,14985487 por ação preferencial e ordinária em 30/jun/18)</b>	<b>7.200.000</b>
Obrigatório	6.224.941
Não obrigatórios	975.059
<b>Reserva legal</b>	<b>900.017</b>
<b>Reserva p/ aumento de capital, investimentos e capital de giro</b>	<b>5.018.546</b>
<b>Aumento de capital (sem emissão de ações)</b>	<b>6.000.000</b>

- c. Eleição dos membros do conselho de administração e do conselho fiscal (se for o caso);
- d. Deliberação sobre a proposta de fixação da remuneração mensal global dos administradores e, se for o caso, Conselho Fiscal.

**3. Pauta proposta da AGE**

- a. Alteração da redação do caput do *Art. 5º* do estatuto social, em função do aumento do capital social aprovado;

Em atenção ao art. 9º, inciso III e art. 9º, parágrafo único, inciso II da Instr. CVM nº 481 de 17/12/09 e alterações, seguem os comentários dos administradores a respeito da situação financeira da companhia e as informações sobre a proposta de destinação do resultado líquido do exercício encerrado em 30/jun./2017, respectivamente.

## **COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA**

### **10 Comentário dos diretores**

#### **10.1. Os diretores devem comentar sobre:**

##### **a) Condições financeiras e patrimoniais gerais:**

#### **Exercício 2017/2018**

No início do exercício, percebíamos que os fundamentos econômicos do país encontravam-se mais sólidos. A queda na inflação, possibilitava ao Banco Central reduzir a taxa Selic, o que por sua vez traz um alívio para o fluxo de caixa das empresas que estão alavancadas financeiramente e estimula aquelas empresas que possuem estabilidade financeira a realizar novos investimentos. Neste contexto, tínhamos a percepção que o cenário de recessão estava passando e que aos poucos a economia iria retomar, porém o final do primeiro semestre de 2018, trouxe a greve dos caminhoneiros o que mais uma vez desestabiliza, a já frágil economia brasileira, trazendo perdas significativas a toda a cadeia produtiva do país, empresas paradas por falta de matérias para produção, acumularam perdas de faturamento e resultados.

Seguimos ainda com dificuldade no setor político. A proximidade das eleições só comprova o que já vinha sendo anunciado anteriormente. A cada pesquisa de intensão de votos o mercado financeiro se movimenta. Questões como, a da possibilidade de o ex-presidente Lula poder estar concorrendo a eleição, são fatores que tem influência direto no mercado financeiro, que busca sempre minimizar os riscos dos investimentos. Novamente passaremos pelo processo de instabilidades cambial, no mesmo formato que ocorreu no período em que foi eleito o presidente Lula, uma vez que as pesquisas eleitorais apontem preferências por candidatos que possam representar ameaça aos pilares da economia.

Esses fatores anteriormente mencionados, tem afetado a confiança do consumidor, principalmente nas linhas de produtos semiduráveis, que são pagos à vista ou à curto prazo, onde estão posicionados os produtos têxteis. Isso tem deixado o mercado em ritmo muito lento, com perspectiva de melhora apenas após o período eleitoral.

No cenário internacional observa-se a política econômica norte americana sinalizando aumento na taxas de juros, o que coloca pressão de alta no câmbio, afetando também o fluxo de investimento estrangeiro. Outro fator relevante é protecionismo praticado pelo governo Trump que indica restrições comerciais aos países os quais os Estados Unidos não possuem sinergia. A crise na Turquia afeta as moedas internacionais, o que por sua vez gera uma pressão nos preços internos atrelados a commodities.

Os reflexos para a companhia, relacionados a alta do dólar, são o aumento de custo de matérias primas, que estão atreladas ao dólar, em um mercado interno pouco receptivo a aumentos de preços. No lado da exportação, para o Mercosul, melhoram nossos preços internacionais, sem conseguirmos colher os benefícios potenciais, pois com a grande desvalorização do peso argentino e alta dos juros, nosso principal mercado de exportação (Argentina) está vivendo uma forte crise e reduzindo suas importações. Por outro lado, as receitas de operação na América Central passam a ser potencializadas pelo efeito cambial.

#### **Mercado e Vendas**

**Controladora:** As contínuas dificuldades políticas e econômicas verificadas nos países potencialmente consumidores, entre eles, principalmente a Argentina, continua gerando impacto negativo no volume de exportação que teve uma queda de 4,7% quando comparada ao mesmo período do exercício anterior. Por outro lado o efeito cambial alavancou as receitas, as quais apresentaram um crescimento de 12,2%.

No mercado interno, o exercício trouxe os reflexos do mercado têxtil que sofreu a influência da falta de um inverno rigoroso no Brasil no ano de 2017, deixando assim os clientes com estoques para o inverno atual, juntamente com o cenário de retração do consumo, ainda resultado da crise nacional, agravada ainda mais pela greve dos caminhoneiros. Diante desta realidade, a companhia buscou apresentar soluções têxteis cada

vez mais aderentes as necessidades de seus clientes para minimizar os efeitos da queda do mercado. As vendas brutas registraram o valor de R\$ 257,6 milhões uma redução de 13,8% ante os R\$ 298,9 milhões do mesmo período do exercício anterior.

**Consolidado:** A manutenção do nível de atividade da controlada, faz com que a companhia tenha prognósticos positivos nos resultados futuros da controlada, porém a concorrência vem se tornando um desafio a ser superado. Ao final do exercício as vendas líquidas consolidadas da companhia atingiram o montante de R\$ 463.090 milhões contra os R\$ 483.551 milhões verificados no exercício anterior, redução de 4,2%, devido principalmente a redução nas vendas da controlada.

## Resultados

**Controladora:** O resultado positivo apresentado de 9,0% da receita líquida (10,7% no mesmo período do exercício anterior), apresentou uma queda de 1,7 p.p., reflexo da redução de vendas no período. A companhia continua realizando trabalho de ajustes internos de estrutura para se adequar aos novos patamares do mercado, além disso, vem intensificando o trabalho de redução e otimização de custos e processos, aliados a pesquisa e desenvolvimentos de produtos diferenciados e customizados. Fator positivo a destacar foram os resultados obtidos pela controlada de El Salvador, ainda que a mesma apresentou uma redução nas margens no período, devido a competitividade que vem crescendo no mercado, porém devido a manutenção da operação em bom nível de sua capacidade, o resultado por equivalência patrimonial continua sendo decisivo na composição do resultado apresentado na controladora. Outro fator positivo que influencia diretamente os resultados são os incentivos fiscais concedidos pelo governo estadual com o crédito presumido do ICMS (nota explicativa nº 27). A margem bruta apresentou queda, reflexo da redução de vendas, e registrou o valor de 11,5% (13,8% registrados no exercício anterior). A margem operacional antes do resultado financeiro e participações apresentou-se no patamar negativo de 0,1% da receita líquida (2,9% positivo no mesmo período do exercício anterior).

**Consolidado:** o resultado positivo apresentado de 3,9% da receita líquida (5,1% no mesmo período do exercício anterior) representam a manutenção dos resultados positivos, porém já trazem os efeitos da queda de receitas de vendas. No que tange a controlada, os resultados positivos apresentados individualmente (nota explicativa 08) foram 15,0% (18,5% no mesmo período anterior), reflexo do ajuste de margens necessários para enfrentar a concorrência. Pontos negativos a salientar no desempenho comercial é a concorrência com os produtos asiáticos e a falta de uma maior procura no mercado interno brasileiro devido principalmente a desaceleração econômica e ao clima no inverno que não estimulou o consumo. As margens brutas consolidadas variaram de acordo com as possibilidades de mercado atingindo o percentual de 16,2% sobre a Receita Líquida (18,9% no mesmo período do exercício anterior).

### b) Estrutura de capital

#### c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Na controladora, o perfil da dívida financeira apresenta-se de curto prazo com 68,7% contra os 67,6% registrados no exercício anterior. O total do endividamento financeiro líquido representa 10,7% do Patrimônio Líquido da empresa e 6,9% dos recursos totais (12,4% e 7,2% respectivamente no exercício anterior). O valor total do endividamento financeiro alcançou ao final do exercício o montante de R\$ 37,5 milhões (R\$ 50,7 milhões no exercício anterior) e o endividamento financeiro líquido apresentou o montante de R\$ 20,1 milhões contra os R\$ 20,2 milhões registrados no exercício anterior.

No consolidado o perfil de dívida apresenta-se de curto prazo com 50,1% vencíveis no curto prazo (65% no exercício anterior). O endividamento financeiro total é de R\$ 102,8 milhões contra os R\$ 110,1 milhões registrados no exercício anterior. O endividamento financeiro líquido consolidado registrou o valor de R\$ 55,6 milhões contra os R\$ 67 milhões do exercício anterior. A valorização do dólar americano no período foi de 16,5% no exercício, que influenciam as dívidas da controlada, pois esta é a moeda corrente em El Salvador. Salienta-se que a administração não está tendo dificuldades em obter renovações de empréstimos contraídos, como também não tem dificuldades em conseguir novos empréstimos. Diante desta situação, podemos afirmar que até o momento, a Pettenati apresenta plena capacidade de pagamento de todos os seus compromissos financeiros de curto e longo prazo.

#### d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas:

A Companhia utiliza recursos próprios e linhas com prazo médio de curto e longo prazos junto a instituições financeiras. Para os ativos não circulantes, utiliza-se o financiamento direto com fornecedores internacionais, além de recursos próprios e linhas de créditos junto a instituições financeiras.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Não temos expectativa de deficiência de liquidez, porém, caso seja necessário, podemos dispor de linhas de crédito de curto e longo prazos junto a instituições financeiras comerciais dentro de limites já pré-aprovados e disponíveis para tomada.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Modalidade	Garantia	Vcto. Final	Encargos	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
				30/jun./2018	30/jun./2017	30/jun./2018	30/jun./2017
<b>Moeda Estrangeira</b>							
	Aval	Set/19	4,5% a.a.	-	-	-	19.851.681
		Mar/19	3,15% a.a. + libor 6 meses	-	-	2.016.705	4.335.572
		Mar/19	6,25% a.a.	-	-	4.493.098	8.754.563
		Fev/18	4,5% a.a.	-	-	-	3.309.016
	Promissória	Mar/18	4,5% a.a.	-	-	-	1.660.218
		Mar/18	4,5% a.a.	-	-	-	1.660.218
		Abr/18	4,5% a.a.	-	-	-	1.659.538
		Abr/18	4,5% a.a.	-	-	-	1.659.538
		Abr/18	4,5% a.a.	-	-	-	3.319.822
		Abr/18	5% a.a.	-	-	-	3.309.560
		Abr/18	5% a.a.	-	-	-	3.309.560
		Mai/18	5% a.a.	-	-	-	3.320.889
		Mai/18	5% a.a.	-	-	-	3.320.889
		Fev/22	4,5% a.a.	-	-	15.457.426	-
		Fev/21	4,25% a.a.	-	-	23.223.695	-
		Mar/23	5,5% a.a.	-	-	4.628.654	-
		Abr/19	5% a.a.	-	-	3.863.195	-
		Abr/19	5% a.a.	-	-	3.863.195	-
		Abr/19	5% a.a.	-	-	3.870.061	-
		Abr/19	5% a.a.	-	-	3.857.913	-
<b>Moeda Nacional</b>							
		Ago/17	100% CDI + 4,1% a.a.	-	922.535	-	922.535
		Set/17	100% CDI + 3,497% a.a.	-	1.261.815	-	1.261.815
		Set/17	100% CDI + 3,4% a.a.	-	783.208	-	783.208
		Out/17	100% CDI + 3,25% a.a.	-	2.453.679	-	2.453.679
		Nov/17	100% CDI + 3,5% a.a.	-	1.017.659	-	1.017.659
		Ago/18	100% CDI + 4,35% a.a.	1.125.476	3.418.692	1.125.476	3.418.692
		Set/18	100% CDI + 4,03% a.a.	1.199.391	3.289.844	1.199.391	3.289.844
		Dez/18	100% CDI + 4,53% a.a.	1.006.771	3.025.265	1.006.771	3.025.265
		Out/18	100% CDI + 3,9% a.a.	1.340.589	4.031.153	1.340.589	4.031.153
		Jun/18	100% CDI + 4,03% a.a.	-	4.117.725	-	4.117.725
		Jul/19	100% CDI + 4,08% a.a.	2.333.333	4.668.974	2.333.333	4.668.974
		Set/17	100% CDI + 4,5% a.a.	-	2.263.604	-	2.263.604
		Set/18	100% CDI + 4,41% a.a.	1.209.370	3.672.116	1.209.370	3.672.116
		Set/19	100% CDI + 4,8% a.a.	6.386.498	9.452.734	6.386.498	9.452.735
		Mar/19	100% CDI + 3,65% a.a.	3.092.514	6.271.340	3.092.514	6.271.341
		Mar/19	100% CDI + 3,61 a.a.	2.006.965	-	2.006.965	-
		Abr/19	100% CDI + 3,56% a.a.	2.403.725	-	2.403.725	-
		Mai/19	100% CDI + 3,25% a.a.	1.061.586	-	1.061.586	-
		Out/20	100% CDI + 2,98% a.a.	8.474.968	-	8.474.968	-
		Nov/20	100% CDI + 2,37% a.a.	5.895.670	-	5.895.670	-
<b>TOTAL</b>				<b>37.536.856</b>	<b>50.650.343</b>	<b>102.810.798</b>	<b>110.121.409</b>
Circulante				25.804.076	34.227.171	52.336.076	71.562.267
Longo Prazo				11.732.780	16.423.172	50.474.722	38.559.142

Os empréstimos constantes do consolidado (em moeda estrangeira) são oriundos da controlada Pettenati Centro América SA de CV e serão liquidados, quando de seus vencimentos, pela mesma, em dólares norte-americanos.

Tais empréstimos no final de cada período correspondem a:

Moeda	30/jun./2018	30/jun./2017
Dólares	16.931.403	17.976.865

### iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Não há grau de subordinação entre as dívidas do emissor.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

Não há restrições impostas ao emissor, à exceção da hipoteca do imóvel localizado em El Salvador, oferecida em garantia a financiamentos obtidos naquele país, que vem sendo cumprida integralmente.

### g) limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Não há limites de utilização dos financiamentos já contratados. As linhas normalmente são para capital de giro, podendo ser utilizadas sem comprovação.

### h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As principais alterações a destacar no balanço consolidado são:

Conta	30.06.2018	30.06.2017	Modificação
Caixa e equivalentes de caixa	47.248.592	43.098.421	Aumento
Clientes	75.043.849	84.614.929	Diminuição
Partes Relacionadas	10.233.670	-	Aumento
Estoques	85.309.407	65.773.165	Aumento
Imobilizado	233.733.097	215.023.655	Aumento
Empréstimos e financiamentos (curto prazo)	52.336.077	71.562.267	Diminuição
Dividendos a pagar	41.738.797	27.996.074	Aumento
Empréstimos e financiamentos (longo prazo)	50.474.721	38.559.142	Aumento
Participação dos minoritário (patrimônio líquido)	43.078.801	33.270.431	Aumento

**Caixa e equivalente de caixa:** Reflete a nova política da empresa que, diante das dificuldades políticas e econômicas apresentadas, precisou adequar-se. Nesse sentido, um caixa no patamar apresentado em exercícios anteriores não se faz mais necessário, motivo pelo qual optou-se pela redução do endividamento.

**Clientes:** Em um mercado com a concorrência cada vez mais acirrada, a queda de faturamento refletiu diretamente no contas a receber.

**Partes Relacionadas:** Refere-se exclusivamente a operação de venda de mercadorias para as empresas que a Pettenati Centroamerica participa, Supertex San Salvador S.A de C.V. e Supertex Lourdes S.A. de C.V.

**Estoques:** A queda de demanda, principalmente no mercado nacional, prejudicou a estratégia da empresa quanto aos estoques. Os estoque estão acima do nível ideal, porém os itens estocado são de giros e serão readequados durante o próximo exercício.

**Imobilizado:** A companhia segue investindo em tecnologia, principalmente na controlada, aonde neste exercício aplicou-se recursos no departamento de estamperia digital, tendência mundial, e que nos trará diferenciais competitivos em um momento de crescimento da concorrência internacional.

**Empréstimos e financiamentos:** A Companhia, diante do cenário atual, aplicou parte de sua geração de caixa no exercício na redução do endividamento com objetivo de minimizar os efeitos da despesa de juros em seus resultados. Outra estratégia, foi a renovação de linhas de créditos realizando o alongamento dos vencimentos, transformando parte do curto prazo e longo prazo.

**Dividendos a pagar:** deve-se ao fato da controlada destinar dividendos, porém para os acionistas minoritários os valores ainda não foram pagos. O não pagamento à minoritários foi parte dos recursos utilizados para redução do endividamento.

**Participação de minoritários:** apresentou elevação principalmente por causa bons dos resultados apresentados pela controlada no exercício, que refletem diretamente nesta conta e ainda não foram destinados como dividendos a pagar visto o exercício social da controlada terminar em dez/2018.

Nos demais itens, não houve alterações significativas.

## 10.2. Os diretores devem comentar

### a. Resultados das operações do emissor, em especial:

- i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita
- ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Em que pese o trabalho de redução de custos e readequação dos níveis de produção, os fatores a destacar, que continuaram influenciando de forma significativa o resultado, foram o Crédito Presumido de ICMS e a Equivalência Patrimonial registrada.

**Crédito Presumido de ICMS:** De acordo com as práticas de mercado e o Decreto (RS) 49.700/12, a companhia registrou em suas Demonstrações Financeiras, na conta de Outras Receitas

Operacionais, incentivos fiscais decorrentes de crédito presumido de ICMS no montante de R\$ 7.892 mil (R\$ 9.147 mil no exercício anterior). Tal crédito presumido é apurado sobre as vendas de produtos a outros estados, de forma que o recolhimento de ICMS não seja inferior a 3,5% da Receita Bruta. Tal benefício passou a ter prazo de vigência indeterminado através do Decreto (RS) 53.644 de 17 de Julho de 2017.

Os bons resultados obtidos pela controlada de El Salvador fizeram com que o resultado por equivalência patrimonial fosse decisivo na composição do resultado apresentado na controladora. O registro no resultado foi de R\$ 27,7 milhões contra os R\$ 32,9 milhões registrados no exercício anterior.

**b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços**

**c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante**

Os instrumentos financeiros da Companhia estão basicamente representados na contabilidade pelas contas ativas de caixa, equivalentes de caixa e clientes; pelas contas passivas de fornecedores, instituições financeiras e contratos de mútuo, as quais estão avaliadas a valores justos de realização, tendo como base metodologias de avaliação estabelecidas nos contratos específicos.

Quanto aos fatores de risco de mercado que poderiam afetar os negócios, os mesmos estão apresentados da seguinte forma:

- a) Aplicações financeiras:** estão distribuídas no mercado bancário em instituições tradicionais solidamente estabelecidas.
- b) Clientes:** são adotados procedimentos de seletividade e análises para limites de créditos mantendo provisão suficiente para minimizar eventuais perdas.
- c) Riscos com taxa de câmbio:** decorrem da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas ou ganhos por conta das flutuações nas cotações das moedas estrangeiras. Tais valores sujeitos a este risco estão representados:

Controladora	30/jun./2018	30/jun./2017
<b>Ativo</b>		
Divisas em moeda estrangeira	2.707.071	1.330.114
Clientes	-	562.322
Adiantamento a fornecedores	2.594.190	646.816
<b>Passivo</b>		
Fornecedores	1.997.448	2.120.998
Partes Relacionadas	-	113.066

**d) Análise de sensibilidade adicional**

Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar variações materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela administração, considerando um horizonte de 12 meses. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados que, caso ocorram, possam gerar resultados adversos para a Companhia, sendo o cenário II uma possível deterioração de 25% e o cenário III uma deterioração de 50%, com base na Instrução CVM n. 475/08.

Premissas	Controladora			Consolidado		
	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Receitas Aplicações Financeiras	1.081.411	865.129	720.940	1.081.411	865.129	720.940
100% do CDI - Risco = redução do CDI	6,50%	5,20%	4,33%	6,50%	5,20%	4,33%
Despesas com financiamentos bancários	2.439.896	3.049.870	3.659.843	2.439.896	3.049.870	3.659.843
100% do CDI - Risco = aumento do CDI	6,50%	8,13%	9,75%	6,50%	8,13%	9,75%

Despesa de variação cambial líquida no resultado	650.963	2.638.381	4.625.798	650.963	2.638.381	4.625.798
Taxa Cambial – US\$ - Risco de elevação na taxa	4,00	5,00	6,00	4,00	5,00	6,00
Taxa Cambial - € - Risco de elevação na taxa	5,00	6,25	7,50	5,00	6,25	7,50

- e) No consolidado, como a controlada de El Salvador é empresa que opera fora do país (tendo como moeda funcional o dólar norte americano), os valores apresentados na nota 14 (em moeda estrangeira) não possuem “*hedge*” cambial na controladora nem na controlada.

## Posicionamento Financeiro

### CONTROLADORA

*em R\$ mil*

Indicadores	Jun/18	Jun/17
Endividamento financeiro líquido	20.091	20.194
Endividamento financeiro total	37.537	50.650
Endividamento financeiro / Patrimônio Líquido	0,20	0,31
Patrimônio Líquido	188.479	162.825
Valor Patrimonial por ação	3,92	3,39

### CONSOLIDADO

*em R\$ mil*

Indicadores	Jul/17 a Jun/18	Jul/16 a Jun/17
<b>Operacionais</b>		
Receita Líquida	463.090	483.551
Receitas no Brasil	189.480	220.229
Receitas com o exterior	273.610	263.322
Lucro Bruto	74.978	91.642
EBITDA	61.475	76.590
Resultado Líquido	18.000	24.678
Investimentos no Imobilizado/Investimentos	23.008	16.082
<b>Margens</b>		
Margem Bruta	16,2%	18,9%
Margem EBITDA	13,3%	15,8%
Margem Líquida	3,9%	5,1%

Indicadores	Jun/18	Jun/17
<b>Financeiros</b>		
Endividamento financeiro líquido	55.562	67.023
Endividamento financeiro total	102.811	110.121
Endividamento financeiro / Patrimônio Líquido	0,44	0,56
Patrimônio Líquido	231.558	196.095

### RESULTADOS

**Controladora** O resultado positivo apresentado de 9,0% da receita líquida (10,7% no mesmo período do exercício anterior), apresentou uma queda de 1,7 p.p., reflexo da redução de vendas no período. A companhia continua realizando trabalho de ajustes internos de estrutura para se adequar aos novos patamares do mercado, além disso, vem intensificando o trabalho de redução e otimização de custos e processos, aliados

a pesquisa e desenvolvimentos de produtos diferenciados e customizados. Fator positivo a destacar foram os resultados obtidos pela controlada de El Salvador, ainda que a mesma apresentou uma redução nas margens no período, devido a competitividade que vem crescendo no mercado, porém devido a manutenção da operação em bom nível de sua capacidade, o resultado por equivalência patrimonial continua sendo decisivo na composição do resultado apresentado na controladora. Outro fator positivo que influencia diretamente os resultados são os incentivos fiscais concedidos pelo governo estadual com o crédito presumido do ICMS (nota explicativa nº 27). A margem bruta apresentou queda, reflexo da redução de vendas, e registrou o valor de 11,5% (13,8% registrados no exercício anterior). A margem operacional antes do resultado financeiro e participações apresentou-se no patamar negativo de 0,1% da receita líquida (2,9% positivo no mesmo período do exercício anterior).

**Consolidado:** O resultado positivo apresentado de 3,9% da receita líquida (5,1% no mesmo período do exercício anterior), representam a manutenção dos resultados positivos, porém já trazem os efeitos da queda de receitas de vendas. No que tange a controlada, os resultados positivos apresentados individualmente (nota explicativa 08) foram 15,0% (18,5% no mesmo período anterior), reflexo do ajuste de margens necessários para enfrentar a concorrência. Pontos negativos a salientar no desempenho comercial é a concorrência com os produtos asiáticos e a falta de uma maior procura no mercado interno brasileiro devido principalmente a desaceleração econômica e ao clima no inverno que não estimulou o consumo. As margens brutas consolidadas variaram de acordo com as possibilidades de mercado atingindo o percentual de 16,2% sobre a Receita Líquida (18,9% no mesmo período do exercício anterior).

### **10.3. Efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:**

**a. Introdução ou alienação de segmento operacional**

Não se aplica.

**b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

Não se aplica

**c. Eventos ou operações não usuais**

Nada a destacar.

### **10.4. Os diretores devem comentar**

**a. Mudanças significativas nas práticas contábeis**

**b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis**

Não houve alterações nas políticas contábeis no exercício. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

As demonstrações financeiras da Pettenati S/A e suas controladas foram preparadas no pressuposto da continuidade de suas operações, conforme disposto no item 25 do Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1), do Comitê de Pronunciamento Contábeis e aprovado pela Deliberação CVM 676/2011

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e os ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo contra o resultado do exercício. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia.

**Demonstrações financeiras individuais:** As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são publicadas junto com as demonstrações financeiras consolidadas.

**Demonstrações financeiras consolidadas:** As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). As demonstrações financeiras consolidadas também foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com os padrões internacionais de Demonstrações financeiras (*International Financial Reporting Standards - IFRS*) emitidos pelo *International Accounting Standards Board*



c. Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não se aplica

**10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

As demonstrações financeiras da Pettenati S/A e suas controladas foram preparadas no pressuposto da continuidade de suas operações, conforme disposto no item 25 do Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1), do Comitê de Pronunciamento Contábeis e aprovado pela Deliberação CVM 676/2011

**Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e os ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo contra o resultado do exercício. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia.

**(a) Demonstrações financeiras individuais**

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são publicadas junto com as demonstrações financeiras consolidadas.

**(b) Demonstrações financeiras consolidadas**

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). As demonstrações financeiras consolidadas também foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com os padrões internacionais de Demonstrações financeiras (*International Financial Reporting Standards - IFRS*) emitidos pelo *International Accounting Standards Board*.

**(c) Novas normas e interpretações ainda não efetivas**

Novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia ainda não analisou os potenciais impactos da adoção destas novas normas e não planeja adotá-las de forma antecipada.

**(d) IFRS 9 (CPC 48) - Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)**

A IFRS 9 (CPC 48) substitui as orientações existentes na IAS 39 (CPC 38) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 (CPC 48) inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 (CPC 48) entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs. A companhia não adotou antecipadamente suas alterações.

## **(e) IFRS 15 (CPC 47) - Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)**

A IFRS 15 (CPC 47) introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. A IFRS 15 (CPC 47) substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) - Receitas, CPC 17 (IAS 11) - Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) - Programas de Fidelidade com o Cliente. A IFRS 15 (CPC 47) entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs. A Companhia avaliou o potencial impacto em suas demonstrações financeiras e não constatou efeitos relevantes.

## **2.2 Consolidação**

### **(a) Demonstrações financeiras consolidadas**

Transações entre companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas da Companhia são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis da controlada são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela controladora.

### **(b) Demonstrações financeiras individuais**

Nas demonstrações financeiras individuais a controlada é contabilizada pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora.

## **2.3 Instrumentos financeiros**

Referem-se a ativos financeiros e passivos financeiros que devem apresentar informações pertinentes e úteis aos usuários de demonstrações contábeis para a sua avaliação dos valores, época e incerteza dos fluxos de caixa futuros da entidade, bem como os contratos de venda futura, realizados com caixa, de dólares norte-americanos, com o objetivo de proteger as importações de mercadorias das variações cambiais da moeda referida.

## **2.4 Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor.

## **2.5 Contas a receber de clientes**

Correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos no decurso normal das atividades da Companhia. Estão apresentadas a valores de realização, reconhecidos pelo regime de competência e estão refletidas pelo valor presente, reconhecido no resultado líquido de impostos, calculado à taxa efetiva cobrada nas vendas a prazo.

Os valores apresentados foram reconhecidos pelo valor líquido da provisão para perdas de crédito esperadas, calculada através de base estimativa obtida por análise individualizada dos créditos existentes na data do balanço, sendo que o valor registrado é considerado suficiente para cobrir eventuais prejuízos na realização destes créditos.

## **2.6 Estoques**

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. Os custos dos estoques incluem gastos incorridos nas aquisições, transporte e armazenagem dos

estoques. No caso de estoques acabados e estoques em elaboração, o custo inclui parte dos gastos gerais de fabricação, alocados com base na capacidade normal de operação. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela administração ao seu valor recuperável. Os estoques ainda não liquidados financeiramente estão apresentados ao seu valor presente líquido à taxa média dos financiamentos que correspondia em 30/Jun./18 a 0,81% a.m., conforme notas 06 e 09.

## 2.7 Demais Ativos Circulantes e Realizáveis a Longo Prazo

Estão apresentados pelo valor de custo ou líquido de realização, incluindo os rendimentos e as variações cambiais ou variações monetárias auferidas (quando aplicável).

## 2.8 Investimentos

Os investimentos em controlada são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, que é reconhecido no resultado do exercício. No caso das variações cambiais de investimento em controlada no exterior, as mesmas são registradas na conta "Ajuste de Avaliação Patrimonial", no Patrimônio Líquido, e somente serão registradas contra o resultado do exercício quando o investimento for vendido ou baixado para perda. Quando necessário, as práticas contábeis da controlada são alteradas para garantir consistência com as práticas adotadas pela Companhia. Os demais investimentos estão contabilizados ao custo de aquisição e ajustados aos valores recuperáveis.

## 2.9 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico também pode incluir os custos de financiamento relacionados com a aquisição dos ativos, quando aplicável. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Os reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. As taxas utilizadas para o cálculo da depreciação foram as a seguir discriminadas:

CONTAS	Controladora		Consolidado	
	30/jun./18	30/jun./17	30/jun./18	30/jun./17
Imóveis	1%	1%	1%	1%
Máquinas e Equipamentos Industriais	5%	6%	7%	8%
Móveis e Utensílios	6%	6%	8%	8%
Computadores e Periféricos	12%	14%	12%	13%
Veículos	10%	10%	13%	14%
Instalações	4%	4%	6%	6%

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, no início de cada exercício. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidos" na demonstração do resultado.

## 2.10 Ativos intangíveis: marcas registradas

As marcas registradas são demonstradas pelo custo histórico. A amortização é calculada pelo método linear durante sua vida útil estimada.

## 2.11 Softwares

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada. Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. As taxas utilizadas para o cálculo da amortização foram as a seguir discriminadas:

CONTAS	Controladora		Consolidado	
	30/jun./18	30/jun./17	30/jun./18	30/jun./17
Marcas e Patentes	10%	10%	10%	10%
Softwares	12%	14%	11%	13%

## 2.12 Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

## 2.13 Contas a pagar aos fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano, caso contrário são apresentadas como passivo não circulante. São inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas ao valor presente com base na taxa média dos financiamentos verificada no período. Essa taxa ao final do período correspondia a 0,81% a.m.

## 2.14 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

## 2.15 Provisões, ativos e passivos contingentes

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação presente, legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos, porém os passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados.

## 2.16 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A provisão para imposto de renda foi constituída à razão de 15% sobre o lucro real apurado no período, mais alíquota adicional de 10% sobre a parte deste lucro que excedeu a R\$ 120.000,00,

incluindo os valores destinados à aplicação em incentivos fiscais. A provisão para contribuição social foi calculada a razão de 9% sobre o lucro líquido ajustado do período.

## **2.17 Benefícios a empregados**

A Companhia possui plano de benefício a empregados que inclui participação nos lucros, quando estes ocorrem. Tal participação não é contratualmente obrigatória, sendo negociada e definida ano a ano. O reconhecimento dessa participação, quando existir, é usualmente feito no encerramento do exercício em que foi verificado o lucro, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia.

## **2.18 Reconhecimento da receita**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como para as Demonstrações Financeiras Consolidadas, são eliminadas as operações entre as empresas. A Companhia reconhece a receita quando o valor desta pode ser mensurado com segurança e é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade.

## **2.19 Distribuição de dividendos**

A distribuição de dividendos para os acionistas da Pettenati é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do dividendo obrigatório é contabilizado inicialmente em conta específica de Patrimônio Líquido e somente é reconhecido como passivo na data em que for aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral Ordinária.

## **2.20 Estimativas e julgamentos contábeis críticos**

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. As Demonstrações Financeiras incluem, portanto, estimativas referentes à seleção da vida útil do Ativo Imobilizado, provisões necessárias para Passivos Contingentes, determinações de provisões para férias e encargos, Imposto de Renda e outras similares.

## **2.21 Resultado por ação**

O cálculo foi efetuado utilizando a quantidade de ações ao final de cada período reportado. Conforme estatuto da Companhia, aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado na forma da lei. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas tem direito a um dividendo fixo, não cumulativo de 12% ao ano sobre o equivalente ao seu valor nominal, ou seja, sobre o produto da divisão do Capital Social pelo número de ações existentes.

## **10.6. Descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:**

- a. **Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:**
  - i. **Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**  
Não se aplica
  - ii. **Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**  
Não aplicável
  - iii. **Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**  
Não se aplica
  - iv. **Contratos de construção não terminada**

Não se aplica

**v. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

Não se aplica

**b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Não se aplica.

**10.7. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, comentar:**

**a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Não se aplica.

**b. Natureza e o propósito da operação**

Não se aplica.

**c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não se aplica.

**10.8. Indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:**

**a. investimentos, incluindo:**

**i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**

A companhia e sua controlada investiram no período R\$ 16,1 milhões na aquisição de máquinas e equipamentos e melhoria de instalações industriais visando aprimorar e diversificar seus parques fabris, dando melhor competitividade aos produtos.

Segue especificação dos investimentos realizados no exercício:

<b>Tipo</b>	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
Imóveis	-	1.994.204
Máquinas e equipamentos industriais	2.294.599	16.203.242
Móveis e utensílios	50.753	1.609.672
Computadores e periféricos	225.428	608.577
Veículos	240.888	240.888
Instalações	748.328	1.833.208
Softwares	179.056	518.067
<b>Total</b>	<b>3.739.053</b>	<b>23.007.858</b>

**ii. Fontes de financiamento dos investimentos**

As fontes de financiamento destes investimentos foram a própria geração de caixa, o financiamento direto com fornecedores e o capital de giro da empresa.

**iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**

Não se aplica.

**b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor**

Não se aplica.

**c. Novos produtos e serviços, indicando:**

**i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**

Não se aplica.

**ii. Montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não se aplica.

**iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados**

Não se aplica.

**iv. Montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não se aplica.

**10.9. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção**

Nada a comentar.

## DESTINAÇÃO DOS RESULTADOS

**1. Informar o lucro líquido do exercício**

No exercício findo em 30/jun./2018 o lucro líquido registrado foi de R\$ 18.000.348,90

**2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados.**

Os dividendos que estão sendo propostos foram calculados conforme segue:

Descrição	30/jun/18
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>18.000.348</b>
(+) Realização do custo atribuído ao imobilizado	1.100.808
(+) Realização da reserva de reavaliação	17.407
<b>Total de lucros a destinar</b>	<b>19.118.563</b>
<b>Dividendos (R\$ 0,14985487 por ação preferencial e ordinária em 30/jun/18)</b>	<b>7.200.000</b>
Obrigatório	6.224.941
Não obrigatórios	975.059
<b>Reserva legal</b>	<b>900.017</b>
<b>Reserva p/ aumento de capital, investimentos e capital de giro</b>	<b>5.018.546</b>
<b>Aumento de capital (sem emissão de ações)</b>	<b>6.000.000</b>

Os dividendos fixos obrigatórios estão demonstrados no Balanço Patrimonial de 30/06/2018 como obrigações legais (provisão no passivo circulante) e os não obrigatórios estão contabilizados em conta de Patrimônio Líquido, conforme determina ICPC 08 (R1), item 24. A Administração da sociedade proporá os dividendos complementares, para aprovação pela Assembleia Geral Ordinária que for convocada para deliberar sobre estas demonstrações contábeis.

**3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído**

O percentual proposto para distribuição corresponde a 40% do Lucro Líquido do Exercício, ou 42,1% do referido lucro após a constituição da Reserva Legal, conforme determina art. 193 da Lei. 6.404/76.

**4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores.**

Não estão sendo propostos dividendos com base em lucros de exercícios anteriores.

**5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:**

- a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe.

Dividendos	Ações	
	Preferenciais	Ordinárias
Montante total proposto	R\$ 4.799.786	R\$ 2.400.214
Montante proposto por ação	R\$ 0,14985487	R\$ 0,14985487

- b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Serão definidos na AGOE no ato da aprovação.

- c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio.

Serão definidos na AGOE no ato da aprovação, porém não há proposta de atualização ou juros incidentes sobre os dividendos propostos.

- d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento.

Serão definidos na AGOE no ato da aprovação.

**6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores**

- a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre o capital próprio já declarados

- b. Informar a data dos respectivos pagamentos

Não aplicável.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

- a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores
- b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Ação	Período	Ordinárias	Preferenciais
Resultado Líquido	2017/2018	0,37464441	0,37464441
	2016/2017	0,51361837	0,51361837
	2015/2016	0,20828136	0,20828136
	2014/2015	0,30927217	0,30927217
Dividendos	2017/2018	0,14985487	0,14985487
	2016/2017	0,12487905	0,12487905
	2015/2016	0,12487905	0,12487905
	2014/2015	0,12487905	0,12487905
	2013/2014	0,12487905	0,12487905

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

- a. Identificar o montante destinado à reserva legal

Foi destinado o montante de R\$ 900.017 à constituição da Reserva Legal.

- b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

	Valor
Lucro líquido do exercício	18.000.349
Parcela destinada	5%
<b>Reserva legal constituída</b>	<b>900.017</b>

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

- a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

**Fixos:** as ações preferenciais não têm direito a voto, mas tem direito a um dividendo fixo, não cumulativo de 12% ao ano sobre o equivalente ao seu valor nominal, ou seja, sobre o produto da divisão do Capital Social pelo número de ações existentes.

**Mínimos:** aos acionistas é assegurado o dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado na forma da lei.

- b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos.

O lucro líquido do exercício é suficiente para o pagamento dos dividendos mínimos e fixos a que os acionistas tem direito.

- c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa.

Os dividendos, por disposição estatutária, não são cumulativos.

- d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais.

Dividendos	Ações	
	Preferenciais	Ordinárias
Fixos	R\$ 4.799.786	-
Mínimos	R\$ 2.849.928	R\$ 1.425.155

- e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Como as ações preferenciais são de classe única, estão sendo propostos dividendos no valor equivalente a R\$ 0,14985487 por ação preferencial.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

- a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

As ações preferenciais têm direito a um dividendo fixo, não cumulativo de 12% ao ano sobre o equivalente ao seu valor nominal, ou seja, sobre o produto da divisão do Capital Social pelo número de ações existentes e aos acionistas é assegurado o dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado na forma da lei, além de



assegurado o dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias.

**b. Informar se ele está sendo pago integralmente**

Sim, a proposta de distribuição de resultados contempla o pagamento integral dos dividendos obrigatórios.

**c. Informar o montante eventualmente retido**

Não Aplicável.

**11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia**

**a. Informar o montante da retenção**

**b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos**

**c. Justificar a retenção dos dividendos**

Não aplicável

**12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências**

**a. Identificar o montante destinado à reserva**

**b. Identificar a perda considerada provável e sua causa**

**c. Explicar porque a perda foi considerada provável**

**d. Justificar a constituição da reserva**

Não aplicável

**13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar**

**a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar**

**b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva**

Não aplicável

**14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias**

**a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva**

**b. Identificar o montante destinado à reserva**

**c. Descrever como o montante foi calculado**

**Reservas estatutárias:** prevê o estatuto da Companhia que do resultado do exercício, após as deduções legalmente previstas, será retirada parcela destinada à participação dos administradores no lucro, observados os limites definidos em lei, e cujo pagamento ficará condicionado à efetiva atribuição aos acionistas do dividendo obrigatório, sendo o lucro líquido remanescente, assim distribuído:

- (a) 5% (cinco por cento) para a constituição de Reserva Legal e que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social;
- (b) do saldo remanescente, ajustado na forma da lei, 25% (vinte e cinco por cento) para pagamento de dividendos aos acionistas; e
- (c) o saldo, se for o caso, que não for apropriado à reserva de que trata o parágrafo único abaixo, ou retido na forma prevista em orçamento de capital aprovado pela Assembleia Geral, será destinado para pagamento de dividendo suplementar aos acionistas.

Parágrafo único: A Reserva para Aumento de Capital, Investimentos e Capital de Giro terá por finalidade assegurar investimentos em bens do imobilizado e acréscimo do capital de giro. Será formada com o saldo do lucro ajustado após dele deduzido o dividendo obrigatório e terá como limite máximo importe que não poderá exceder, em conjunto com a reserva legal, o valor do capital social. A Assembleia Geral, quando entender suficiente o valor da dita reserva estatutária, poderá destinar o excesso para distribuir dividendos ou para aumento de capital.

A administração irá propor a assembleia geral de acionistas o aumento de capital no montante de R\$ 6.000.000 (seis milhões de reais), sem emissão de novas ações, com a finalidade de atendimento a legislação vigente e estatuto social, no que tange os limites de constituição de reservas de lucros.

O montante destinado a reserva foi calculado conforme o quadro abaixo:

<b>Descrição</b>	<b>30/jun./18</b>
------------------	-------------------

<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>18.000.348,90</b>
(+) Realização do custo atribuído ao imobilizado	1.100.806,92
(+) Realização da reserva de reavaliação	17.407,68
<b>Total de lucros a destinar</b>	<b>19.118.563,50</b>
<b>Destinações propostas</b>	<b>19.118.563,50</b>
<b>Dividendos (R\$ 0,12487905 por ação preferencial e ordinária em 30/jun./17)</b>	<b>7.200.000,00</b>
Obrigatório	6.224.940,69
Não obrigatórios	975.059,31
<b>Reserva legal</b>	<b>900.017,45</b>
<b>Reserva p/ aumento de capital, investimentos e capital de giro</b>	<b>5.018.546,05</b>
<b>Aumento de capital (sem emissão de ações)</b>	<b>6.000.000,00</b>

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

- a. Identificar o montante da retenção
- b. Fornecer cópia do orçamento de capital  
Não aplicável

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

- a. Informar o montante destinado à reserva
- b. Explicar a natureza da destinação  
Não aplicável

## nos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência

A seguir estão detalhadas as informações indicadas nos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência, relativas aos candidatos indicados pelo acionista controlador para compor o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal (se for o caso), na AGOE a ser realizada no dia 30 de outubro de 2018.

**12.5. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:**

**Conselho de Administração:**

	<b>Otávio Ricardo Pettenati</b>	<b>Cláudio José Rossi</b>
a. Nome	Otávio Ricardo Pettenati	Cláudio José Rossi
b. Data de nascimento	11/01/1969	17/04/1946
c. Profissão	Empresário	Economista
d. CPF	552.980.440-34	006.599.670-49
e. Cargo eletivo ocupado	Presidente do conselho de administração	Vice-presidente do conselho de administração
f. Data da eleição	27/10/2016	27/10/2016
g. Data da posse	27/10/2016	27/10/2016
h. Prazo do mandato (último)	1 ano	1 ano
i. Outros cargos ou funções exercidas no emissor	Diretor Presidente e de RI	-
j. Se foi eleito pelo controlador ou não	Sim	Sim
k. Se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não	Não
l. Número de mandatos consecutivos	12	5
m. (i) informações sobre: principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: nome e setor de atividade da empresa; cargo; se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor (ii) indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Pettenati S/A Indústria Têxtil (Companhia Aberta) – Vice Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente até esta data – Atividade principal: indústria têxtil	Pettenati S/A Indústria Têxtil (Companhia Aberta) – Conselheiro de Administração até a presente data e Diretor Administrativo e de Relações com investidores até Out/2013. – Atividade principal: indústria têxtil
n. Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal; ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não possui condenações criminais; não foi condenado em processo administrativo da CVM; e, não foi condenado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.	Não possui condenações criminais; não foi condenado em processo administrativo da CVM; e, não foi condenado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

**Conselho Fiscal:**

<b>Membros titulares</b>		
a. Nome:	<b>Zulmar Neves</b>	<b>Theodoro Firmbach</b>
b. Data de nascimento	24/03/1950	14/10/1935
c. Profissão	Advogado	Advogado
d. CPF	009.650.490-00	003.486.600-06
e. Cargo eletivo ocupado	Conselheiro fiscal	Conselheiro fiscal
f. Data da eleição	27/10/2016	27/10/2016
g. Data da posse	27/10/2016	27/10/2016
h. Prazo do mandato	1 ano	1 ano
i. Outros cargos ou funções exercidas no emissor	-	-
j. Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim	Sim
k. Se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não	Não
l. Número de mandatos consecutivos	12	2
m. (i) informações sobre: principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: nome e setor de atividade da empresa; cargo; se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor (ii) indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	<p>Pettenati S/A Indústria Têxtil (Companhia Aberta) – Conselheiro fiscal até esta data – Atividade principal: indústria têxtil.</p> <p>Zulmar Neves Advocacia – Diretor geral até a presente data – Atividade principal: empresa de advocacia.</p> <p>Randon S.A. Implementos e Participações (Companhia Aberta) – foi membro do Conselho Fiscal – Atividade principal: indústria de veículos automotores e rebocados e de vagões</p>	<p>Pettenati S/A Indústria Têxtil (Companhia Aberta) – Conselheiro fiscal até esta data – Atividade principal: indústria têxtil.</p>
n. Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal; ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	<p>Não possui condenações criminais; não foi condenado em processo administrativo da CVM; e, não foi condenado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.</p>	<p>Não possui condenações criminais; não foi condenado em processo administrativo da CVM; e, não foi condenado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.</p>

<b>Membros suplentes</b>		
a. Nome:	<b>João Carlos Franzoi Basso</b>	<b>Gabriela Mancuso Firmbach</b>
b. Data de nascimento	29/04/1968	15/04/1975
c. Profissão	Advogado	Advogada
d. CPF	527.287.140-53	886.085.140-87
e. Cargo eletivo ocupado	Conselheiro Fiscal	Conselheiro Fiscal
f. Data da eleição	27/10/2016	27/10/2016
g. Data da posse	-	-
h. Prazo do mandato	1 ano	1 ano

i. Outros cargos ou funções exercidas no emissor	-	-
j. Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim	Sim
k. Se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não	Não
l. Número de mandatos consecutivos	12	2
m. (i) informações sobre: principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: nome e setor de atividade da empresa; cargo; se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor (ii) indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Pettenati S/A Indústria Têxtil (Companhia Aberta) – Conselheiro fiscal suplente até esta data – Atividade principal: indústria têxtil. Zulmar Neves Advocacia – Diretor até a presente data – Atividade principal: empresa de advocacia.	Pettenati S/A Indústria Têxtil (Companhia Aberta) – Conselheira fiscal suplente até esta data – Atividade principal: indústria têxtil. Advogada atuante nas esferas cíveis e tributária.
n. Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal; ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não possui condenações criminais; não foi condenado em processo administrativo da CVM; e, não foi condenado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.	Não possui condenações criminais; não foi condenado em processo administrativo da CVM; e, não foi condenado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.

Nome	Cargo	% de participação nas reuniões
Otávio Ricardo Pettenati	Presidente do Cons. de Administração	100,0%
Claúdio José Rossi	Vice-Presidente do Cons. de Administração	100,0%
Luciano Ademir José D'Avila	Conselheiro de Administração	100,0%
Zulmar Neves	Conselheiro fiscal titular	100,0%
Theodoro Firmbach	Conselheiro fiscal titular	100,0%
Massao Fábio Oya	Conselheiro fiscal titular	100,0%

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários

### Conselho consultivo

a. Nome:	<b>Ottavio Pettenati</b>	<b>Franceschina Libonatti Pettenati</b>
b. Idade	09/05/1937	11/07/1948
c. Profissão	Empresário	Empresária
d. CPF	004.266.870-00	098.321.650-91
e. Cargo eletivo ocupado	Presidente do conselho consultivo	Conselheira consultiva
f. Data da eleição	27/10/2016	27/10/2016
g. Data da posse	27/10/2016	27/10/2016
h. Prazo do mandato (último)	1 ano	1 ano
i. Outros cargos ou funções exercidas no emissor	-	-
j. Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim	Sim
k. Se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não	Não
l. Número de mandatos consecutivos	2	2
m. (i) informações sobre: principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: nome e setor de atividade da empresa; cargo; se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor (ii) indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Pettenati S/A Indústria Têxtil (Companhia Aberta) - Presidente do Conselho Consultivo até esta data – Atividade principal: indústria têxtil e Gladium Administração e Participações Ltda. – sócio-diretor – Atividade principal: holding detentora de participações societárias na Pettenati S/A.	Pettenati S/A Indústria Têxtil (Companhia Aberta) – Conselheira Consultiva até esta data – Atividade principal: indústria têxtil.
n. Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal; ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não possui condenações criminais; não foi condenado em processo administrativo da CVM; e, não foi condenado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.	Não possui condenações criminais; não foi condenado em processo administrativo da CVM; e, não foi condenado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.

Nome	Cargo	% de participação nas reuniões
Ottavio Pettenati	Presidente do conselho consultivo	100,00%
Franceschina Libonati Pettenati	Conselheira consultiva	75,00%

**12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:**

- a. administradores do emissor
- b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor
- c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor
- d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

Das pessoas indicadas pelo acionista controlador aos cargos de administradores na AGOE de 30 de outubro de 2018, somente as pessoas abaixo relacionadas têm relação de parentesco mencionada no item 12.9 acima.

**Ottavio Pettenati – Presidente do Conselho Consultivo e sócio administrador de Gladium Administração e Participações Ltda. (controladora)**

Pessoas Relacionadas:

- ⇒ Pai de Otávio Ricardo Pettenati: Presidente do Conselho de Administração, Diretor Presidente e de RI
- ⇒ Pai de Carla Francisca Pettenati – Diretora Comercial
- ⇒ Pai de Fernanda Maria Pettenati – Diretora de Marketing
- ⇒ Pai de Roberta Daniela Pettenati – Diretora Industrial

**Otávio Ricardo Pettenati – Presidente do Conselho de Administração, Diretor Presidente e de RI**

Pessoas Relacionadas:

- ⇒ Filho de Ottavio Pettenati: Presidente do Conselho Consultivo e sócio administrador da controladora Gladium Adm. e Part. Ltda
- ⇒ Irmão de Carla Francisca Pettenati – Diretora Comercial
- ⇒ Irmão de Fernanda Maria Pettenati – Diretora de Marketing
- ⇒ Irmão de Roberta Daniela Pettenati – Diretora Industrial

**Carla Francisca Pettenati – Diretora Comercial**

Pessoas Relacionadas:

- ⇒ Filha de Ottavio Pettenati: Presidente do Conselho Consultivo e sócio administrador da controladora Gladium Adm. e Part. Ltda
- ⇒ Irmã de Otávio Ricardo Pettenati – Presidente do Conselho de Administração, Diretor Presidente e de RI
- ⇒ Irmã de Fernanda Maria Pettenati – Diretora de Marketing
- ⇒ Irmã de Roberta Daniela Pettenati – Diretora Industrial

**Fernanda Maria Pettenati – Diretora de Marketing**

Pessoas Relacionadas:

- ⇒ Filha de Ottavio Pettenati: Presidente do Conselho Consultivo e sócio administrador da controladora Gladium Adm. e Part. Ltda
- ⇒ Irmã de Otávio Ricardo Pettenati – Presidente do Conselho de Administração, Diretor Presidente e de RI
- ⇒ Irmã de Carla Francisca Pettenati – Diretora Comercial
- ⇒ Irmã de Roberta Daniela Pettenati – Diretora Industrial

**Roberta Daniela Pettenati – Diretora Industrial**

Pessoas Relacionadas:

- ⇒ Filha de Ottavio Pettenati: Presidente do Conselho Consultivo e sócio administrador da controladora Gladium Adm. e Part. Ltda
- ⇒ Irmã de Otávio Ricardo Pettenati – Presidente do Conselho de Administração, Diretor Presidente e de RI
- ⇒ Irmã de Fernanda Maria Pettenati – Diretora de Marketing
- ⇒ Irmã de Carla Francisca Pettenati – Diretora Comercial

**12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:**

- a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor
- b. controlador direto ou indireto do emissor

**c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas**

Os candidatos a administradores e fiscais da Companhia não têm relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, (i) com sociedade controlada, direta ou indiretamente pela Companhia; (ii) com o acionista controlador direto ou indireto da Companhia; com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controladora ou controladas de algumas dessas pessoas.



<b>ESTATUTO SOCIAL VIGENTE</b>	<b>ESTATUTO SOCIAL APÓS ALTERAÇÕES</b>
<b><i>I – Denominação, sede, objeto e duração da sociedade</i></b>	
Art. 1º - A sociedade terá por denominação social Pettenati S/A Indústria Têxtil e reger-se-á pelos presentes estatutos e disposições que lhe forem aplicáveis.	Artigo não alterado
Art. 2º - A sociedade terá sua sede e foro nesta cidade de Caxias do Sul, estado do Rio Grande do Sul, podendo abrir sucursais, depósitos, agências e filiais em todo o território nacional, e ou exterior, a critério de sua diretoria.	Artigo não alterado
Art. 3º - A sociedade tem por objeto a indústria e comércio de malharia e fiação, compreendendo a confecção de artigos do vestuário em ponto de malha, de tecelagem com fios de lã, algodão, acrílico e outros, sua importação e exportação, representações, comissões e consignações de produtos correlatos ao seu ramo de indústria, bem como participar em outras empresas.	Artigo não alterado
Art. 4º - A sociedade é instituída por tempo indeterminado.	Artigo não alterado
<b><i>II – Capital, Ações e Acionistas</i></b>	
Art. 5º - O capital social é de R\$ 60.000.000,00 (Sessenta milhões de reais), divididos em 48.046.488 (quarenta e oito milhões, quarenta e seis mil, quatrocentos e oitenta e oito) ações nominativas sem valor nominal sendo 16.016.924 (dezesseis milhões, dezesseis mil novecentas e vinte e quatro) ações ordinárias e 32.029.564 (trinta e dois milhões, vinte e nove mil e quinhentos e sessenta e quatro) ações preferenciais.	Art. 5º - O capital social é de R\$ 66.000.000,00 (Sessenta e seis milhões de reais), divididos em 48.046.488 (quarenta e oito milhões, quarenta e seis mil, quatrocentos e oitenta e oito) ações nominativas sem valor nominal sendo 16.016.924 (dezesseis milhões, dezesseis mil novecentas e vinte e quatro) ações ordinárias e 32.029.564 (trinta e dois milhões, vinte e nove mil e quinhentos e sessenta e quatro) ações preferenciais.
Parágrafo 1 – As ações preferenciais não terão direito a voto, mas receberão um dividendo fixo, não cumulativo de 12% (doze por cento) ao ano, sobre o equivalente ao seu valor nominal, ou seja, sobre o produto da divisão do capital social pelo número de ações existentes.	Parágrafo não alterado
Parágrafo 2 – Os possuidores de ações preferenciais, poderão assistir as Assembleias Gerais e tomar parte nos respectivos debates, sem o exercício de direito de voto.	Parágrafo não alterado
Parágrafo 3 – Poderão ser emitidas ações preferenciais até 2/3 (dois terços) do total de ações.	Parágrafo não alterado
Parágrafo 4 – Por deliberação do Conselho de Administração, e independentemente de reforma estatutária, a companhia poderá aumentar seu capital em até mais 5.479.233.218 ações ordinárias e 10.958.466.436 ações preferenciais, nominativas, e sem valor nominal.	Parágrafo não alterado
Parágrafo 5 - As ações preferenciais terão o direito de serem incluídas na oferta pública de alienação de controle, lhes sendo assegurado, juntamente com os acionistas minoritários detentores de ações ordinárias, o preço no mínimo igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle, além de assegurado o dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias.	Parágrafo não alterado
Art. 6º - Todas as ações da sociedade serão escriturais, obedecendo às disposições dos artigos 34 e 35 da Lei 6404/76 de 15/12/1976, e as demais prescrições legais e regulamentares.	Artigo não alterado
Art. 7º - As ações serão mantidas em conta de depósito, em instituição financeira designada pela Diretoria, sem emissão de certificados.	Artigo não alterado
Art. 8º - Fica assegurado aos senhores acionistas a livre cessão, venda ou transferência de ações, tanto ordinárias como preferenciais, sendo facultado a instituição	Artigo não alterado

depositária a cobrança de custos do serviço, observados os limites máximos legais.	
Art. 9º - Cada ação ordinária escritural dará direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.	Artigo não alterado
Art. 10º - As ações serão indivisíveis em relação à sociedade, que só reconhecerá um proprietário para cada ação.	Artigo não alterado
Art. 11º - Determinado o aumento do capital, caberá aos acionistas a preferência para a respectiva subscrição, na proporção das ações que possuírem, fixando-se o prazo da decadência de 30 dias para o exercício do direito, contados a partir da data da publicação de aviso aos acionistas.	Artigo não alterado
<b>III – Administração</b>	
Art. 12º - A administração da sociedade será exercida por um Conselho de Administração, órgão colegiado de deliberação, e por uma Diretoria na função executiva, cujos membros poderão ser reeleitos.	Artigo não alterado
Art. 13º - A investidura dos Conselheiros e Diretores efetuar-se-á mediante assinatura de termo lavrado nos livros próprios, dispensando-se quaisquer garantias para exercício dos cargos.	Artigo não alterado
Art. 14º - A remuneração mensal dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, será fixada pela Assembleia Geral.	Artigo não alterado
<b>IV – Conselho de Administração</b>	
Art. 15º - O Conselho de Administração será composto de até cinco membros, pessoas físicas, residentes e domiciliadas no País, com mandato de um ano.	Artigo não alterado
Art. 16º - O Conselho de Administração terá um Presidente e um Vice-Presidente, escolhidos dentre seus membros, em Reunião de Conselho. Parágrafo 1 – Em caso de impedimento ou vaga do Presidente e do Conselho este será substituído pelo Vice-Presidente. Parágrafo 2 – No caso de impedimento temporário de qualquer um dos Conselheiros este poderá ser substituído por qualquer outro. Parágrafo 3 – O Conselho de Administração deliberará por maioria de votos, sendo que, em caso de empate, o Presidente terá voto de qualidade, as reuniões serão convocadas por seu Presidente, sempre que assim exigirem os interesses sociais, podendo as Reuniões ter início com o comparecimento de no mínimo 2 (dois) Conselheiros. Parágrafo 4 – Das reuniões do Conselho de Administração serão lavradas atas no livro próprio, assinadas por todos os presentes.	Artigo não alterado

<p>Art. 17º - Compete ao Conselho de Administração:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>(a) Fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;</li><li>(b) Eleger e destituir os diretores da sociedade;</li><li>(c) Fiscalizar a gestão dos diretores examinando a qualquer tempo os livros e papéis, da Companhia, solicitando informações sobre contratos celebrados a quaisquer outros atos;</li><li>(d) Convocar a Assembleia Geral quando julgar convenientes ou nos casos estabelecidos em lei;</li><li>(e) Manifestar-se sobre o relatório de administração e as contas da diretoria;</li><li>(f) Escolher e destituir os auditores independentes;</li><li>(g) Deliberar sobre a emissão de ações, nos limites do artigo 5, parágrafo 4, deste estatuto;</li><li>(h) Autorizar a aquisição de ações emitidas pela Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria para posterior alienação, observadas as normas legais vigentes;</li><li>(i) Declarar dividendos a conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou de períodos menores;</li><li>(j) Deliberar sobre o pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio, calculados sobre o patrimônio líquido, na forma e condições referidas no parágrafo segundo do artigo 40, do Estatuto Social;</li><li>(k) Autorizar a sociedade e/ou controladas a concessão de empréstimos e financiamentos, quando relevantes, a empresas subsidiárias diretas ou indiretas;</li><li>(l) Autorizar a aquisição e/ou alienação de ativos e de participações societárias quando reputadas como relevantes na forma da lei;</li><li>(m) Autorizar a sociedade a constituir empresas subsidiárias no Brasil e no exterior;</li><li>(n) Autorizar a concessão, pela Sociedade ou por qualquer de suas controladas, de garantia real ou fidejussória, desde que relevantes, em favor de sociedades controladas direta ou indiretamente ou em favor de subsidiária, em quaisquer hipóteses, em uma ou mais operações, sempre no interesse da Sociedade;</li><li>(o) Deliberar, se e quando julgar conveniente, sobre a instalação do Conselho Consultivo para aconselhamento dos membros do Conselho de Administração, fixando o número de conselheiros, remuneração e regras de funcionamento deste órgão, bem como de outros Comitês do Conselho de Administração.</li></ul>	<p>Artigo não alterado</p>
<p>Art. 18º - O Conselho Consultivo será composto por até 3 (três) membros; entre e por eles, um será designado de Coordenador e os demais não terão denominação específica.</p> <p>§ 1º - O prazo de mandato será de 1 (um) ano, permitida a reeleição;</p> <p>§ 2º - O Conselho Consultivo terá a atribuição de opinar sobre assuntos que lhe sejam encaminhados pelo Conselho de Administração;</p>	<p>Artigo não alterado</p>

<p>§ 3º- As recomendações e os pareceres do Conselho Consultivo não vincularão os diretores e os conselheiros de administração, e serão aprovados por maioria de seus integrantes, cabendo ao Coordenador o voto de qualidade;</p> <p>§ 4º - A remuneração dos Conselheiros Consultivos será fixada pelo Conselho de Administração, e será absorvida pelos valores fixados pela Assembleia Geral para remuneração dos administradores.</p>	
<p><b>V – Diretoria</b></p>	
<p>Art. 19º - A diretoria será composta por até 9 (nove) membros, eleitos pelo Conselho de Administração, acionistas ou não, designados de Diretor Presidente, Diretor Comercial, Diretor de Marketing, Diretor Financeiro, Diretor Administrativo, Diretor Industrial, Diretor de Exportação, Diretor de Planejamento Logística e TI e Diretor, todos residentes no país.</p>	<p>Artigo não alterado</p>
<p>Art.20º - O mandato da Diretoria será de 1 (um) ano.</p>	<p>Artigo não alterado</p>
<p>Art. 21º - Em caso de vaga ou impedimento de qualquer membro da Diretoria, o Conselho de Administração indicará o novo titular que completará o mandato do substituído.</p>	<p>Artigo não alterado</p>
<p>Art. 22º - Caberá ao Diretor Presidente a orientação geral dos negócios sociais; ao Diretor Comercial caberá a direção do setor comercial no mercado interno; ao Diretor de Marketing caberá a direção do setor de Marketing; ao Diretor Financeiro caberá a direção do setor financeiro; ao Diretor Administrativo caberá a direção do setor administrativo; ao Diretor Industrial caberá a direção do setor industrial; ao Diretor de Exportação caberá a direção das operações internacionais; ao Diretor de Planejamento Logística e TI caberá a direção dos setores de planejamento, logística e tecnologia da informação e ao Diretor caberão as atividades que lhes forem atribuídas em reunião de Diretoria, tudo nas condições reguladas pelos Estatutos Sociais.</p>	<p>Artigo não alterado</p>
<p>Art. 23º - A sociedade será representada, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente:</p> <p>(a) pelo Diretor Presidente, isoladamente, ou;</p> <p>(b) por dois Diretores, sendo um deles necessariamente, o Diretor Financeiro, ou o Diretor Administrativo, ou o Diretor Comercial, ou o Diretor Industrial, ou o Diretor de Planejamento Logística e TI, ou ainda;</p> <p>(c) por um dos Diretores Financeiro, Administrativo, Comercial, Industrial ou de Planejamento Logística e TI, em conjunto com um procurador.</p>	<p>Artigo não alterado</p>
<p>Art. 24º - A Diretoria poderá nomear procuradores ou mandatários, para fins específicos.</p>	<p>Artigo não alterado</p>
<p>Art. 25º - É vedado a Diretoria e Procuradores o uso da empresa em avais, ou quaisquer outras formas de obrigações, diretos ou indiretos, quando a operação for estranha aos interesses sociais.</p>	<p>Artigo não alterado</p>

<p>Art. 26º - Para alienar bens imóveis é necessária e suficiente a assinatura isolada do Diretor Presidente. Para alienar demais bens, ceder ou conceder direitos reais em garantia, hipotecar, constituir penhor de qualquer natureza, dar bens móveis em alienação fiduciária é necessária a assinatura:</p> <p>(a) do Diretor Presidente, isoladamente, ou;</p> <p>(b) de dois Diretores, sendo um deles necessariamente, o Diretor Financeiro, ou o Diretor Administrativo, ou o Diretor Comercial, ou o Diretor Industrial, ou o Diretor de Planejamento Logística e TI, ou ainda;</p> <p>(c) de um dos Diretores Financeiro, Administrativo, Comercial, Industrial ou de Planejamento Logística e TI em conjunto com procurador.</p>	<p>Artigo não alterado</p>
<p>Art. 27º - A sociedade quando representada isoladamente pelo Diretor Presidente poderá, inclusive, participar em outras empresas.</p>	<p>Artigo não alterado</p>
<p>Art. 28º - A Diretoria reunir-se-á sempre que os interesses sociais o exigirem, com um mínimo de 02 (dois) titulares, por convocação do Diretor Presidente, cabendo a este o voto de qualidade.</p>	<p>Artigo não alterado</p>
<p>Art. 29º - Na ausência do Diretor Presidente a reunião poderá ser convocada por qualquer um dos diretores.</p>	<p>Artigo não alterado</p>
<p>Art. 30º - As deliberações serão consignadas no livro de Atas de Reunião da Diretoria.</p>	<p>Artigo não alterado</p>
<p><b>VI – Conselho Fiscal</b></p>	
<p>Art. 31º - A sociedade terá um Conselho Fiscal composto de 03 (três) membros efetivos e iguais número de suplentes, acionistas ou não, podendo ser reeleitos.</p>	<p>Artigo não alterado</p>
<p>Art. 32º - O Conselho fiscal somente será instalado pela Assembleia Geral, nos casos previstos no parágrafo 2, do Artigo 161, da Lei 6404/76.</p>	<p>Artigo não alterado</p>
<p>Art. 33º - O funcionamento do Conselho Fiscal irá até a primeira Assembleia Geral Ordinária, após a sua instalação.</p>	<p>Artigo não alterado</p>
<p>Art. 34º - Os honorários dos membros efetivos do Conselho Fiscal serão fixados pela Assembleia Geral que os eleger, observando-se o disposto no parágrafo 3, do artigo 162, do mesmo diploma legal.</p>	<p>Artigo não alterado</p>
<p><b>VII – Assembleias Gerais</b></p>	
<p>Art. 35º - A Assembleia Geral dos acionistas, reunir-se-á ordinariamente, para fins previstos em lei, dentro dos 4 (quatro) meses após o término de cada exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem.</p>	<p>Artigo não alterado</p>
<p>Art. 36º - Observarão as leis vigentes à convocação, instalação e realização das Assembleias Gerais.</p>	<p>Artigo não alterado</p>
<p>Art. 37º - Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias por procuradores, conforme o disposto no parágrafo 1, item IV, do artigo 126, da Lei 6404/76.</p>	<p>Artigo não alterado</p>
<p>Art. 38º - Os trabalhos da Assembleia Geral serão dirigidos por mesa composta de Presidente e Secretário, escolhidos pelos acionistas presentes.</p>	<p>Artigo não alterado</p>

<p>Art. 39º - Prevalecerá sempre a deliberação da maioria absoluta do capital representado na Assembleia Geral, salvo disposição da lei em contrário.</p>	<p>Artigo não alterado</p>
<p>Art. 40º - Ficam suspensas quaisquer transferências de ações a partir da data de primeira convocação para qualquer Assembleia Geral, até a realização desta e durante os primeiros 10 (dez) dias do pagamento de dividendos fixados por Assembleia Geral, observado o disposto no Artigo 37, da Lei 6404/76.</p>	<p>Artigo não alterado</p>
<p><b>VIII – Exercício Social e Distribuição de Lucros</b></p>	
<p>Art. 41º - O Exercício Social terminará em 30 de junho de cada ano, procedendo-se as Demonstrações Financeiras com observância da legislação em vigor.</p> <p>Parágrafo 1 – Além do balanço geral a ser levantado no dia 30 de junho, poderão ser levantados balanços de períodos menores, podendo o Conselho de Administração declarar dividendos à conta dos lucros apurados, nesses balanços, bem como declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou reservas de lucros.</p> <p>Parágrafo 2 – A companhia, por deliberação do Conselho de Administração, poderá pagar ou creditar juros aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio calculado sobre o Patrimônio Líquido, podendo referidos juros serem imputados ao valor do dividendo obrigatório previstos na letra “b” do artigo 42 e parágrafo 1º do artigo 5º do Estatuto Social. O valor dos juros aqui previstos poderá ser incorporado ao capital social ou mantido em conta de reserva destinado a aumento de capital, tudo de conformidade com a Lei número 9.249 de 26 de dezembro de 1995.</p>	<p>Artigo não alterado</p>
<p>Art. 42º - Do resultado do exercício, após as deduções legalmente previstas, será retirada parcela destinada à participação dos administradores no lucro, observados os limites definidos em lei, e cujo pagamento ficará condicionado à efetiva atribuição aos acionistas do dividendo obrigatório estipulado neste artigo, sendo o lucro líquido remanescente, assim distribuído:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>a) 5% (cinco por cento) para a constituição de Reserva Legal e que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social;</li> <li>b) do saldo remanescente, ajustado na forma da lei, 25% (vinte e cinco por cento) para pagamento de dividendos aos acionistas; e</li> <li>c) o saldo, se for o caso, que não for apropriado à reserva de que trata o parágrafo único abaixo, ou retido na forma prevista em orçamento de capital aprovado pela Assembleia Geral, será destinado para pagamento de dividendo suplementar aos acionistas.</li> </ol> <p>Parágrafo único: A Reserva para Aumento de Capital, Investimentos e Capital de Giro terá por finalidade assegurar investimentos em bens do imobilizado e acréscimo do capital de giro. Será formada com o saldo do lucro ajustado após dele deduzido o dividendo obrigatório e terá como limite máximo importe que não poderá exceder, em conjunto com a reserva legal, o valor do capital social. A Assembleia Geral, quando entender suficiente o valor da dita reserva estatutária, poderá destinar o excesso para distribuir dividendos ou para aumento de capital.</p>	<p>Artigo não alterado</p>
<p>Art. 43º - O pagamento do dividendo será efetuado no prazo máximo de 60 dias, após a realização da Assembleia que aprovar as Demonstrações Financeiras, salvo se esta</p>	<p>Artigo não alterado</p>

deliberar em contrário, porém, em qualquer caso, dentro do exercício social.	
<b>IX – Dissolução e Liquidação da Sociedade</b>	
Art. 44º - Em caso de dissolução da sociedade, a Assembleia nomeará o liquidante e se for o caso, o Conselho Fiscal que devem funcionar durante o período de liquidação.	Artigo não alterado
Art. 45º - A Assembleia que nomear o liquidante e o Conselho Fiscal fixar-lhe-á sua remuneração, seus deveres e poderes, segundo o estabelecido pela legislação em vigor.	Artigo não alterado
<b>X – Disposições Gerais</b>	
Art. 46º - Os casos omissos nestes estatutos, serão resolvidos de conformidades com a legislação consubstanciada na lei 6404, de 15 de dezembro de 1976 e com os usos e costumes vigentes.	Artigo não alterado
<b>XI – Disposições Transitórias</b>	
Art. 47º - O endereço da sociedade é em Caxias do Sul, neste Estado, a Estrada Estadual RSC 453 – km 2,4.	Artigo não alterado

#### **Relatório das alterações propostas com análise dos aspectos jurídicos e econômicos.**

A administração irá propor a assembleia geral de acionistas o aumento de capital no montante de R\$ 6.000.000 (seis milhões de reais), sem emissão de novas ações, com a finalidade de atendimento a legislação vigente e estatuto social, no que tange os limites de constituição de reservas de lucros.

Não verificamos quaisquer implicações jurídicas ou econômicas que possam advir em prejuízo da companhia por causa de tal ato.

## AUMENTO DE CAPITAL

### 1. Informar valor do aumento e do novo capital social

A administração propõe a assembleia geral de acionistas o aumento de capital no montante de R\$ 6.000.000 (seis milhões de reais)

### 2. Informar se o aumento será realizado mediante: (a) conversão de debêntures ou outros títulos de dívida em ações; (b) exercício de direito de subscrição ou de bônus de subscrição; (c) capitalização de lucros ou reservas; ou (d) subscrição de novas ações

O aumento de capital será realizado mediante capitalização de lucros.

### 3. Explicar, pormenorizadamente, as razões do aumento e suas consequências jurídicas e econômicas

A administração irá propor a assembleia geral de acionistas o aumento de capital no montante de R\$ 6.000.000 (seis milhões de reais), sem emissão de novas ações, com a finalidade de atendimento a legislação vigente e estatuto social, no que tange os limites de constituição de reservas de lucros.

Não verificamos quaisquer implicações jurídicas ou econômicas que possam advir em prejuízo da companhia por causa de tal ato.

### 4. Fornecer cópia do parecer do conselho fiscal, se aplicável

## ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL

**Data:** 12/09/2018 – 14:00 horas

### **Presenças:**

Zulmar Neves, Theodoro Firmbach, Massao Fábio Oya, Leonardo Lise (Gerente de Controladoria), Cláudio José Rossi (Conselheiro de Administração), Carlos Alberto Santos e Sergio Fioravanti (Auditores Independentes).

### **Assuntos:**

Os conselheiros fiscais analisaram as Demonstrações Financeiras, o Relatório Anual da Administração, o Relatório dos Auditores Independentes emitido sem ressalvas em 31/08/2018 e a Proposta da Administração para a destinação do resultado, as quais foram aprovadas pela Diretoria da empresa na reunião do dia 06 de setembro de 2018.

**Declaração de voto e manifestação do Conselheiro Fiscal Massao Fábio Oya** na reunião do Conselho Fiscal da Pettenati S/A Indústria Têxtil realizada no dia 12 de setembro de 2018.

O Conselheiro Fiscal Massao Fábio Oya, no exercício de seus deveres legais e estatutários, tendo analisado as Demonstrações Financeiras tomadas em seu conjunto, o Relatório da Administração e o relatório sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras dos Auditores Independentes Baker Tilly Brasil RS Auditores Independentes S/S, datado de 31 de agosto de 2018, é de opinião que as mencionadas Demonstrações Financeiras não estão adequadamente apresentadas, considerando que o saldo contábil da “reserva de lucro para aumento de capital, investimentos e capital de giro” permaneceu incluindo no seu saldo R\$17.904.768, advindo da retenção de parte do lucros líquidos apurados nos exercícios sociais encerrados em 30/06/2007, 30/06/2008 e 30/06/2009, dos quais no entendimento das áreas técnicas da CVM e do voto exarado em 12/07/2018 pelo Exmo Diretor Relator – Henrique Balduino Machado Moreira, no âmbito do Processo Administrativo Sancionador CVM RJ 2014/2426, Reg. Col. nº 9322/2014 “PAS CVM”, tais lucros tiveram a sua retenção por prática de retenção de lucros irregular, pois não houve a aprovação com base em orçamento de capital previamente analisado pelo Conselho de Administração e após a isso de ter sido aprovado pela assembleia geral, conforme é a exigência prevista do artigo 196 da Lei 6.404/76, considerando-se que a conta à qual tais lucros foram destinados não se encontrava enquadrada nos dispositivos legais dos artigos 193 a 195 e 197, da mesma lei. Diante dos fatos, este Conselheiro Fiscal conclui que o saldo de R\$ 17.904.768 (valor contido no item 107 do PAS CVM), eventualmente permanece contabilizado de forma inadequada nas Demonstrações Financeiras de 30/06/2018, na conta contábil denominada “reserva de lucro para aumento de capital, investimentos e capital de giro”, quando o correto, nesse caso, seria da sua destinação como dividendo, de forma compulsória, conforme previsto do artigo 202, parágrafo 6º, da Lei 6.404/76.

Além do exposto no parágrafo anterior, importante ainda consignar:



1) Que parte relevante do saldo contábil de R\$ 57.563,2 mil da “reserva de lucro para aumento de capital, investimentos e capital de giro” constante das Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 30/06/2018, foi acumulado através da retenção dos lucros sociais ao longo dos últimos 15 a 20 anos, e eventualmente não poderia estar sendo mantida por tempo indefinido na referida reserva de lucro, pois que, substancialmente, a finalidade precípua da reserva já teve a sua finalidade cumprida, através de investimentos em bens do ativo imobilizado, os quais já foram totalmente pagos pela Companhia.

Em que pese o divulgado na nota explicativa 18 “h” das demonstrações financeiras de 30/06/2018, de que a administração irá propor a assembleia geral de acionistas o aumento de capital no montante de R\$ 6.000 mil, com a finalidade de atendimento à legislação vigente e do estatuto social, no que tange os limites de constituição de reservas de lucros”, este Conselheiro Fiscal considerou que a reserva de lucro para aumento de capital, investimentos e capital de giro, ainda permanecerá com o saldo demasiadamente excessivo.

A retenção dos lucros na forma do artigo 196 da Lei 6.404/76, determina que o orçamento capital poderá ter duração de até 5 anos, sendo que após realizado os investimentos previstos no orçamento de capital o valor retido deve ser revertido e destinado para aumento de capital e ou distribuição de dividendos:

Neste sentido, é de opinião que a proposta da Administração para Aumento de Capital no valor de R\$ 6.000 mil, com a utilização da reserva de lucro para aumento de capital, investimentos e capital de giro, é consideravelmente inferior, em relação aos valores dos investimentos realizados em anos anteriores em bens do ativo imobilizado, os quais já foram totalmente pagos pela Companhia, sendo que conforme já mencionado, eventualmente não poderiam ser mantidos por tempo indefinido na reserva estatutária de lucro.

2) Que este Conselheiro Fiscal se abstém de opinar em relação a adequacidade do valor da remuneração atribuída aos 2 membros do Conselho Consultivo, conforme divulgado na nota explicativa 26 das demonstrações financeiras de 30/06/2018, considerando que a Administração não possui e não providenciou elementos formais, para comprovar que referida remuneração foi fixada com base em parâmetros de “mercado”, conforme determina o artigo 152 da Lei nº 6.404/76.

3) A entrada do sócio minoritário American Knitwear Manufacturing Corp. “AKMC”, desde a constituição em 2007 da Controlada Pettenati Centro América S.A. de CV, possuindo 28,8% do capital social da referida Controlada, foi justificada pela Administração em função de que referido sócio minoritário possuía amplo conhecimento e relacionamento com os órgão e entidades de classes locais de El Salvador, contudo, auferindo dividendos fixos cumulativos de 6% sobre o capital social investido, ao passo que o Acionista Controlador – Pettenati Brasil, que tem a responsabilidade sobre a condução de todos os negócios, tem auferido dividendos da Controlada somente a partir exercício social findo em 31/12/2015, em função de sua Controlada ter apresentado lucro acumulado pela primeira vez desde a sua constituição.

Do valor total de US\$ 9.212.651 de dividendos provisionados à AKMC de (2008 a 30/06/2018), parte vem sendo corrigidos monetariamente por taxas de juros que variam de 4,5% a 4,75% (conforme divulgado na nota explicativa 19, das demonstrações financeiras de 30/06/2018), em função da decisão de postergação do pagamento dos dividendos para até o final de 2018. A decisão da fixação do percentual de juros e da postergação do pagamento dos dividendos, foram tomadas em Assembleias de Acionistas sem a presença do sócio AKMC e na ausência de qualquer documento formal de anuência do referido Acionista sobre essas deliberações.

#### **Declaração de voto e manifestação dos Conselheiros Fiscais Theodoro Firmbach e Zulmar Neves:**

*Os membros do Conselho Fiscal da Companhia, Theodoro Firmbach e Zulmar Neves, em face da declaração de voto e manifestação do Conselheiro Fiscal Massao Fábio Oya, vêm apresentar suas discordâncias em relação ao seu voto e manifestação, pelas razões que seguem, e que igualmente deve ser dada a conhecimento, na forma como disciplinado pela Comissão de Valores Mobiliários:*

- 1. A desaprovação das demonstrações financeiras da Companhia relativamente ao exercício findo em 30 de junho de 2018, pelo Conselheiro Fiscal Massao Fábio Oya, em face, unicamente, da retenção de lucros relativos aos exercícios sociais findos em 30 de junho de 2007, 2008 e 2009, e cuja matéria se encontra sob apreciação do Poder Judiciário, em decorrência de ação proposta por acionista minoritário, se nos apresenta como absolutamente injustificável, se afasta das atribuições e competência do Conselho Fiscal, forte nas disposições do artigo 163 da Lei das Sociedades por Ações, conforme modificada, e, ainda, conseqüentemente, incorrendo em ofensa as obrigações dispostas no artigo 165, parágrafo primeiro, caracterizando, nitidamente, um desserviço à Companhia e seus acionistas, podendo, injustificadamente, do ponto de vista técnico, causar danos à Companhia em face da publicidade dada ao parecer.*

2. Com relação ao item que trata da remuneração do Conselho Consultivo, critica sem qualquer base concreta (remuneração de outros conselheiros, de outras companhias, de outras localidades diferentes da sede e mesmo estado onde se encontra localizada a Companhia), pois que somente se pôs a desacreditar a remuneração dos conselheiros, quanto a razoabilidade, sem levar em conta todos os demais componentes dispostos no artigo 152 (responsabilidades, tempo dedicado, competência e reputação) da já mencionada Lei das Sociedades por Ações, conforme vigente, no trato da remuneração. Emite, assim, o referido Conselheiro Fiscal Massao Fábio Oya, em um mero juízo de valor pessoal sem fundamentos que possam justificar sua opinião.
3. Por último, sem dar razões para a sua manifestação e voto, no item 3, do seu relatório diz, o referido Conselheiro Fiscal, que a postergação do pagamento dos dividendos à acionista controlada Pettenati Centro América S.A. de CV, relativamente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2016, foi aprovada em assembleia da referida controlada, sem a participação da sua acionista interessada (AKMC), e sem qualquer documentação de aceite da citada acionista interessada. Segundo a administração da Companhia em face da legislação local, não se faz necessário qualquer outro documento de aceite daquela acionista.

Assim, para prevenir responsabilidades, nos termos 165 da Lei das Sociedades por Ações, conforme modificada, firmam a presente. Caxias do Sul, 12 de setembro de 2018.

---

#### **Encerramento**

Nada mais havendo a tratar foi encerrada a reunião quando foi lavrada a presente ATA, que após lida e aprovada, vai assinada pelos presentes.

Massao Fabio Oya  
Conselheiro Fiscal

Theodoro Firmbach  
Conselheiro Fiscal

Zulmar Neves  
Conselheiro Fiscal

**ANEXO 01**

#### **PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Os abaixo assinados membros efetivos do Conselho Fiscal de Pettenati S/A Indústria Têxtil, em reunião hoje realizada, no exercício da competência que lhes é atribuída pelo artigo 163 da Lei 6.404/76, examinaram as demonstrações financeiras do exercício findo em 30 de Junho 2018, compostas do Balanço Patrimonial, Demonstração dos Resultados do Exercício, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e notas explicativas às demonstrações elaboradas consoante o requerido pelo artigo 176 do referido diploma legal sob a responsabilidade de sua administração.

Com base nas análises realizadas ao longo do exercício, no relatório da administração e ainda, com base na opinião dos auditores independentes, com voto contrário do Conselheiro Massao Fábio Oya, somos de parecer que as referidas demonstrações representam adequadamente, sem ressalvas, a situação patrimonial e financeira da companhia e o resultado do exercício e, portanto, reúnem os requisitos para serem submetidas a aprovação dos acionistas da Pettenati S/A Indústria Têxtil em Assembleia Geral, a ser convocada oportunamente.

Caxias do Sul, 12 de setembro de 2018.

Theodoro Firmbach  
Conselheiro Fiscal Titular

Zulmar Neves  
Conselheiro Fiscal Titular

5. Em caso de aumento de capital mediante subscrição de ações
- a. Descrever a destinação dos recursos
  - b. Informar o número de ações emitidas de cada espécie e classe
  - c. Descrever os direitos, vantagens e restrições atribuídos às ações a serem emitidas
  - d. Informar se a subscrição será pública ou particular
  - e. Em se tratando de subscrição particular, informar se partes relacionadas, tal como definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto, subscreverão ações no aumento de capital, especificando os respectivos montantes, quando esses montantes já forem conhecidos
  - f. Informar o preço de emissão das novas ações ou as razões pelas quais sua fixação deve ser delegada ao conselho de administração, nos casos de distribuição pública
  - g. Informar o valor nominal das ações emitidas ou, em se tratando de ações sem valor nominal, a parcela do preço de emissão que será destinada à reserva de capital
  - h. Fornecer opinião dos administradores sobre os efeitos do aumento de capital, sobretudo no que se refere à diluição provocada pelo aumento
  - i. Informar o critério de cálculo do preço de emissão e justificar, pormenorizadamente, os aspectos econômicos que determinaram a sua escolha
  - j. Caso o preço de emissão tenha sido fixado com ágio ou deságio em relação ao valor de mercado, identificar a razão do ágio ou deságio e explicar como ele foi determinado
  - k. Fornecer cópia de todos os laudos e estudos que subsidiaram a fixação do preço de emissão
  - l. Informar a cotação de cada uma das espécies e classes de ações da companhia nos mercados em que são negociadas, identificando:
    - i. Cotação mínima, média e máxima de cada ano, nos últimos 3 (três) anos
    - ii. Cotação mínima, média e máxima de cada trimestre, nos últimos 2 (dois) anos
    - iii. Cotação mínima, média e máxima de cada mês, nos últimos 6 (seis) meses
    - iv. Cotação média nos últimos 90 dias
  - m. Informar os preços de emissão de ações em aumentos de capital realizados nos últimos 3 (três) anos
  - n. Apresentar percentual de diluição potencial resultante da emissão
  - o. Informar os prazos, condições e forma de subscrição e integralização das ações emitidas
  - p. Informar se os acionistas terão direito de preferência para subscrever as novas ações emitidas e detalhar os termos e condições a que está sujeito esse direito
  - q. Informar a proposta da administração para o tratamento de eventuais sobras
  - r. Descrever pormenorizadamente os procedimentos que serão adotados, caso haja previsão de homologação parcial do aumento de capital
  - s. Caso o preço de emissão das ações seja, total ou parcialmente, realizado em bens
    - i. Apresentar descrição completa dos bens
    - ii. Esclarecer qual a relação entre os bens incorporados ao patrimônio da companhia e o seu objeto social
    - iii. Fornecer cópia do laudo de avaliação dos bens, caso esteja disponível
- O aumento de capital proposto não é mediante emissão de novas ações

6. Em caso de aumento de capital mediante capitalização de lucros ou reservas

- a. Informar se implicará alteração do valor nominal das ações, caso existente, ou distribuição de novas ações entre os acionistas

Conforme o art. 5º do estatuto social, as ações da Companhia não têm valor nominal.

O aumento de capital não implicará em distribuição de novas ações entre os acionistas.

- b. Informar se a capitalização de lucros ou reservas será efetivada com ou sem modificação do número de ações, nas companhias com ações sem valor nominal

O aumento de capital é proposto sem emissão de novas ações.

c. Em caso de distribuição de novas ações

- i. Informar o número de ações emitidas de cada espécie e classe
- ii. Informar o percentual que os acionistas receberão em ações
- iii. Descrever os direitos, vantagens e restrições atribuídos às ações a serem emitidas
- iv. Informar o custo de aquisição, em reais por ação, a ser atribuído para que os acionistas possam atender ao art. 10 da Lei 9.249, de 26 de dezembro de 1995
- v. Informar o tratamento das frações, se for o caso

Não se aplica

**d. Informar o prazo previsto no § 3º do art. 169 da Lei 6.404, de 1976**

Não se aplica

**e. Informar e fornecer as informações e documentos previstos no item 5 acima, quando cabível**

Não se aplica

**7. Em caso de aumento de capital por conversão de debêntures ou outros títulos de dívida em ações ou por exercício de bônus de subscrição**

Não se aplica

## Informações sobre a remuneração dos administradores

A proposta para remuneração dos administradores que será apresentada para deliberação na Assembleia Geral de 30 de outubro de 2018, será no valor global mensal de até R\$ 500.000,00 que compreende o conselho de administração e a diretoria.

O valor poderá ser corrigido mensalmente com base na variação do IGP-M da Fundação Getúlio Vargas ou outro índice oficial de aferição da desvalorização da moeda que vier a substituí-lo.

**13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:**

**a. objetivos da política ou prática de remuneração**

As práticas de remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e dos membros do Conselho Fiscal alinham-se aos interesses da Companhia e têm o objetivo de reconhecer os profissionais pelo desempenho de suas funções, visando estimulá-los a contribuir e a buscar cada vez mais a expansão dos negócios, levando em consideração as responsabilidades de cada membro e o tempo dedicado às suas funções. Os honorários anuais do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal são pagos em doze parcelas.

**b. composição da remuneração, indicando:**

**i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles**

A remuneração é composta de honorários fixos e assistência médica. A parte fixa tem por objetivo remunerar os administradores e fiscais pelo exercício de suas funções de acordo com as práticas de mercado e a assistência médica tem como propósito facilitar o acesso a saúde.

Aos Conselheiros Fiscais é paga uma remuneração mensal fixa, correspondente a não menos do que 10% da que em média for atribuída a cada Diretor.

Cabe aos Conselheiros Fiscais, ainda, o reembolso das despesas com locomoção e estada, necessárias ao desempenho de suas funções.

A distribuição da remuneração deve observar o montante aprovado em Assembleia Geral.

**ii. em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total**

ÓRGÃO	Honorários Fixos			Assistência Médica		
	2017/2018	2016/2017	2015/2016	2017/2018	2016/2017	2015/2016
Conselho de Administração	99,0%	97,5%	92,5%	1,0%	2,5%	6,9%
Conselho Fiscal	100,0%	100,0%	100,0%	-	-	-
Diretoria	94,0%	94,20%	94,9%	6,0%	5,8%	4,9%

**iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração**

Não existe metodologia única de cálculo e reajuste, pois são levados em consideração diversos fatores. Os honorários são reajustados de acordo com as práticas de mercado bem como parâmetros de inflação e a assistência médica obedece aos limites estabelecidos pela Agência Nacional de Saúde (ANS).

**iv. razões que justificam a composição da remuneração**

A composição da remuneração dos administradores da Companhia é definida considerando o reconhecimento pelo exercício de suas funções, bem como as práticas de mercado.

**v. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato**

Não existem membros não remunerados nos órgãos de administração da companhia.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração  
Os honorários obedecem às práticas de mercado, bem como parâmetros de inflação.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho  
Os honorários fixos acompanham as práticas usuais de mercado.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo  
A remuneração dos administradores da Companhia é definida considerando o reconhecimento pelo exercício de suas funções e um alinhamento às estratégias de curto, médio e longo prazos definidas.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos  
Não se aplica

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor  
Não se aplica

13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

#### Prevista

Informação	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria
Número de membros	3	3	5
Membros remunerados	2	3	5
Remuneração fixa			
Salário ou pró-labore	550.000	230.000	3.800.000
Benefícios diretos ou indiretos	-	-	-
Remuneração por participação em comitês	-	-	-
Outros	10.000	-	260.000
Remuneração variável			
Bônus	-	-	-
Participação nos resultados	-	-	-
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-
Comissões	-	-	-
Outros	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-
Remuneração baseada em ações, incluindo opções	-	-	-
Valor total da remuneração do órgão			
Valor total da remuneração	560.000	230.000	4.060.000

#### Exercício 2017/2018

Informação	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria
Número de membros	3	3	5
Membros remunerados	2	3	5
Remuneração fixa			
Salário ou pró-labore	480.000	204.000	3.384.000
Benefícios diretos ou indiretos	-	-	-
Remuneração por participação em comitês	-	-	-
Outros	5.165	-	217.316
Remuneração variável			
Bônus	-	-	-
Participação nos resultados	-	-	-
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-
Comissões	-	-	-
Outros	-	-	-

Benefícios pós-emprego	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-
Remuneração baseada em ações, incluindo opções	-	-	-
Valor total da remuneração do órgão	485.165	204.000	3.601.316
Valor total da remuneração	485.165	204.000	3.601.316

#### Exercício 2016/2017

Informação	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria
Número de membros	3,7	3	5,5
Membros remunerados	2,7	3	5,5
<b>Remuneração fixa</b>			
Salário ou pró-labore	772.000	177.480	3.215.600
Benefícios diretos ou indiretos	-	-	-
Remuneração por participação em comitês	-	-	-
Outros	19.521	-	198.074
<b>Remuneração variável</b>			
Bônus	-	-	-
Participação nos resultados	-	-	-
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-
Comissões	-	-	-
Outros	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-
Remuneração baseada em ações, incluindo opções	-	-	-
Valor total da remuneração do órgão	791.521	177.480	3.413.674
Valor total da remuneração	791.521	177.480	3.413.674

#### Exercício 2015/2016

Informação	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria
Número de membros	5	3	6
Membros remunerados	4	3	6
<b>Remuneração fixa</b>			
Salário ou pró-labore	1.412.000	152.400	3.000.000
Benefícios diretos ou indiretos	-	-	-
Remuneração por participação em comitês	-	-	-
Outros	114.952	-	160.911
<b>Remuneração variável</b>			
Bônus	-	-	-
Participação nos resultados	-	-	-
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-
Comissões	-	-	-
Outros	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-
Remuneração baseada em ações, incluindo opções	-	-	-
Valor total da remuneração do órgão	1.526.952	152.400	3.160.911
Valor total da remuneração	1.526.952	152.400	3.160.911

13.3 - Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
  - b. número total de membros
  - c. número de membros remunerados
  - d. em relação ao bônus:
    - i. valor mínimo previsto no plano de remuneração
    - ii. valor máximo previsto no plano de remuneração
    - iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas
    - iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais
  - e. em relação à participação no resultado:
    - i. valor mínimo previsto no plano de remuneração
    - ii. valor máximo previsto no plano de remuneração
    - iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas
    - iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais
- Não se aplica

13.4 - Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

- a. termos e condições gerais
  - b. principais objetivos do plano
  - c. forma como o plano contribui para esses objetivos
  - d. como o plano se insere na política de remuneração do emissor
  - e. como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo
  - f. número máximo de ações abrangidas
  - g. número máximo de opções a serem outorgadas
  - h. condições de aquisição de ações
  - i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício
  - j. critérios para fixação do prazo de exercício
  - k. forma de liquidação
  - l. restrições à transferência das ações
  - m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano
  - n. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações
- Não se aplica

13.5 - Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
  - b. número de membros
  - c. número de membros remunerados
  - d. em relação a cada outorga de opções de compra de ações:
    - i. data de outorga
    - ii. quantidade de opções outorgadas
    - iii. prazo para que as opções se tornem exercíveis
    - iv. prazo máximo para exercício das opções
    - v. prazo de restrição à transferência das ações
    - vi. preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:
      - em aberto no início do exercício social
      - perdidas durante o exercício social
      - exercidas durante o exercício social
      - expiradas durante o exercício social
  - e. valor justo das opções na data de outorga
  - f. diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas
- Não se aplica.

13.6 - Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
  - b. número de membros
  - c. número de membros remunerados
  - d. em relação às opções ainda não exercíveis
    - i. quantidade
    - ii. data em que se tornarão exercíveis
    - iii. prazo máximo para exercício das opções
    - iv. prazo de restrição à transferência das ações
    - v. preço médio ponderado de exercício
    - vi. valor justo das opções no último dia do exercício social
  - d. em relação às opções exercíveis
    - i. quantidade
    - ii. prazo máximo para exercício das opções
    - iii. prazo de restrição à transferência das ações
    - iv. preço médio ponderado de exercício
    - v. valor justo das opções no último dia do exercício social
    - vi. valor justo do total das opções no último dia do exercício social
- Não se aplica

13.7 - Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
  - b. número de membros
  - c. número de membros remunerados
  - c. em relação às opções exercidas informar:
    - i. número de ações
    - ii. preço médio ponderado de exercício
    - iii. valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas
  - d. em relação às ações entregues informar:
    - i. número de ações
    - ii. preço médio ponderado de aquisição
    - iii. valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas
- Não se aplica

13.8 - Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

- a. modelo de precificação
  - b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco
  - c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado
  - d. forma de determinação da volatilidade esperada
- e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo
- Não se aplica

13.9 - Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão.

**Pettenati S/A Indústria Têxtil – 30/06/2018**

Órgão	Ações	
	Ordinárias	Preferenciais
Conselho de Administração	40	-
Diretoria	16	-
Conselho Fiscal	4	1376

13.10 - Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

- a. órgão
  - b. número de membros
  - c. número de membros remunerados
  - d. nome do plano
  - e. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar
  - f. condições para se aposentar antecipadamente
  - g. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
  - h. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
  - i. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições
- Não se aplica.

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Órgão	Membros	Membros Remunerados	Exercício 2017/2018			Exercício 2015/2016			Exercício 2014/2015		
			Máxima	Média	Mínima	Máxima	Média	Mínima	Máxima	Média	Mínima
Conselho de Administração	5	4	360.000	240.000	120.000	304.000	192.000	80.000	920.000	353.000	108.000
Diretoria	6	6	1.200.000	677.000	432.000	1.004.000	609.000	420.000	828.000	500.000	360.000
Conselho Fiscal	3	3	68.000	68.000	68.000	59.000	59.000	59.000	50.800	50.800	50.800

13.12 - Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Não se aplica

13.13 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que



sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

ÓRGÃO	Jul/17 a Jun/18	Jul/16 a Jun/17	Jul/15 a Jun/16
Conselho de Administração	-	66,7%	72,8%
Diretoria	87,23%	80%	75,3%
Conselho Fiscal	-	-	-

13.14 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

Não se aplica

13.15 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Não se aplica

13.16 - Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Nada a informar.

Otávio Ricardo Pettenati  
Diretor Presidente e de RI